

## DEPOIS DO CONGRESSO <sup>(1)</sup>

(ERIC SACHS)

Neste Congresso não houve debates, se considerarmos como debate uma troca de opiniões e de experiências revolucionárias. Se houve discussão, foi na medida em que se travou uma guerra, com frentes delineadas. A luta interna havia atingido o seu auge. Quase dois anos de confrontos de posições haviam cristalizado as alas que não sofreram alterações durante o conclave. A oposição, composta por três facções, formou uma frente única sem princípios e sem bases, e, ao travar a sua derradeira batalha contra a orientação da Organização, lançou mão de todos os meios e recursos. A derrota foi definitiva.

Quais foram as facções que se opuseram à maioria, que havia formulado as suas posições no Projeto Programa Nº. 1 (*"Programa Socialista para o Brasil"*), adotado pelo Congresso como documento oficial da Organização?

Em primeiro lugar, a tradicional Oposição de Minas, que durante os debates internos havia apresentado o PP Nº. 4 (*"A Tendência e o Caminho da Revolução"*).

Em segundo lugar, uma oposição da Guanabara, que definira as suas posições no PP Número 2 (*"Libertemos o País do Imperialismo"*).

Em terceiro, uma oposição de São Paulo, que prometera apresentar um projeto de programa (PP Nº. 3), mas não conseguiu redigi-lo.

A primeira manobra das "oposições coligadas" (e que indicava os rumos de toda sua atuação durante o Congresso) já se tornou evidente no primeiro dia, na abertura. Os dois projeto-programas (números 2 e 4), que haviam sido discutidos durante quase um ano nas células, foram retirados e, sem maiores explicações, substituídos por projetos novos, não debatidos e desconhecidos pelas bases da Organização.

O novo programa da Oposição de Minas, que anteriormente havia defendido um "Governo Nacional Democrático" como o único caminho correto para a revolução no Brasil, apresentou, em sua nova versão, "O Governo Revolucionário Popular", como solução de um governo de transição. O novo projeto-programa, de duas folhas datilografadas, permitiu aos autores, em virtude do espaço reduzido, fugir aos problemas essenciais do caráter de classe da revolução e do movimento revolucionário, do papel da classe média e da média burguesia, da constituinte, etc. e evitar, desse modo, entrar novamente nas definições que tinham deixado público e notório o direitismo de todas as suas concepções de luta. Mas esse não foi o único recurso que usaram. Fazendo concessões à atual onda debrayista, anunciaram uma repentina reviravolta na concepção da luta armada da guerrilha e se refugiaram num radicalismo verbal, numa tentativa de neutralizar a fama de direitismo adquirida durante as discussões internas. Mas, só conseguiram reforçar a impressão de um oportunismo ilimitado. Seus ataques contra a "marxologia" da Organização e contra a revolução socialista "pura" mostraram que sequer conseguiram se livrar da tradicional terminologia do reformismo.

---

<sup>(1)</sup> Escrito por Eric Sachs ("Ernesto Martins"), dirigente e principal formulador teórico da ORM Política Operária. Circulou em edição mimeografada, em outubro de 1967, como documento do Comitê Nacional da organização Política Operária. Digitalizado em out/2007 e revisado com base em exemplar da edição mimeografada original.

A oposição da Guanabara (PP Nº. 2) agiu de maneira idêntica. Retirou o seu projeto nas mesmas circunstâncias, substituindo-o por um "Programa dos Socialistas Revolucionários do Brasil". Se o anterior se empenhava por dois governos de transição sucessivos, um "Governo Popular Nacional", seguido por um "Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo", o novo projeto-programa brilha pela omissão a respeito desse problema. Não se pode concluir, todavia, pela não existência de um governo de transição, que a luta seja diretamente pelo poder socialista, pois no próprio texto consta que, "numa primeira etapa" trata-se de "vencer o principal obstáculo" que se antepõe à instauração do regime socialista – o imperialismo. A mudança de formas de argumentação do autor não altera as concepções fundamentais de direita já manifestadas na redação anterior: numa primeira fase, luta-se contra o imperialismo, depois vem o problema do socialismo. Também aqui o aparente radicalismo de última hora, que leva o autor a substituir certas formulações de Mao-Tse-Tung por outras mais recentes de Debray (o resultado é um ecletismo que faz injustiça aos dois), não serve a outros propósitos que não os de esconder as concepções pequeno-burguesas e populistas desmoralizadas durante os debates internos. Trata-se de um "debrayismo" castrado e adaptado às necessidades dos diferentes autores. Enquanto para Régis Debray, nas condições da América Latina, o foco ainda tem a função de gerar novos partidos políticos do proletariado, os dois novos projeto-programas nem sequer mencionam o partido revolucionário, sua necessidade ou suas perspectivas. Algumas frases sobre a vanguarda político-militar preenchem lacuna.

Era evidente que, nas condições criadas, não podia haver um debate consciencioso dos projeto-programas, já que a maioria dos delegados tomou conhecimento das novas formulações durante os debates. Os próprios delegados de Minas só uma semana antes haviam sido convocados para uma leitura. Na Guanabara só os autores e alguns elementos muitos chegados a eles tinham tomado conhecimento da reformulação do texto, que foi conservado em estrito segredo perante os demais companheiros da seção.

Esse procedimento dos cabeças das facções de Minas e da Guanabara mostra não somente um absoluto menosprezo pelos fundamentos "teóricos", que eles formularam na luta interna – e que mudam como as camisas em dias de calor – como revela, igualmente, um igual descaso em relação às bases que os elegeram como delegados e que somente depois do Congresso tomaram conhecimentos dos fatos consumados. As posições "teóricas" não passam de manobras na luta interna. É isso que se tornou evidente mais uma vez quando, na última hora, os "socialistas revolucionários" da Guanabara retiraram novamente o seu mais recente projeto-programa e votam no de Minas.

Tão oportunistas como as demais foi a atuação da facção oposicionista de São Paulo, que se juntou a todas as manobras arquitetadas pelas outras duas alas. Os referidos delegados haviam sido eleitos num congresso regional sob o signo de uma "oposição de esquerda", pois alegavam ser contra a concepção de governo de transição e lutar diretamente pela Ditadura do Proletariado no processo da revolução socialista no Brasil. O que não impediu que votassem sistematicamente com a direita e dessem seu voto final ao projeto-programa de Minas e ao governo de transição de caráter populista. Foi essa a facção mais desmoralizada que deixou o recinto do Congresso.

Foi mediante essa frente única dos direitistas e oportunistas que a minoria reuniu 14 votos em torno do projeto-programa de Minas, contra 16 votos do Programa Socialista do Brasil. Dos votos oposicionistas, 9 vieram de Minas (entre 12 votos),

um da Guanabara (entre 2), 3 de São Paulo (entre 9) e um veio de setor complementar.

O único projeto-programa que poderia ter sido debatido de fato, era o de Nº 1, de conhecimento de toda a Organização. Se a discussão não foi mais proveitosa, deve-se ao clima criado pela "frente única", que transformou o plenário num vale-tudo ideológico, tirando a seus argumentos a última aparência de seriedade. O projeto-programa Nº. 1 foi acusado pelos oradores de ser "trotskista" e pacifista ao mesmo tempo. As críticas anteriores de "guerrilhismo da Direção Nacional" deram lugar a ataques não menos enfáticos de "porque ainda não estávamos na serra". E o antigo CN se tornou objeto de acusações tais como "liberalismo" e "mandonismo", conforme a oportunidade do momento.

Depois de verificada a impossibilidade de ganhar a maioria do Congresso, as oposições reunidas ainda ensaiaram a tática da obstrução o que foi impedido pela serenidade e decisão com que a maioria levou os trabalhos ao fim. Assim mesmo houve uma demonstração de hipocrisia, quando elementos da oposição fizeram uma declaração de voto, condenando o antigo CN, por ter proposto emendas a seu projeto-programa, - emendas que eram produtos de um ano de debates nas bases. A oposição se absteve de participar da votação das emendas.

È claro que, nestas circunstâncias, o IV Congresso preencheu somente em parte as necessidades urgentes da Organização. Preencheu-as na medida em que se derrotou definitivamente as alas oportunistas e eliminou todas as dúvidas sobre a orientação revolucionária da ORM. Essa definição foi produto de debates internos e de amadurecimento político nas bases. Criou as premissas para uma organização homogênea, para a qual as resoluções não são um mero pedaço de papel.

Criou as premissas para a Organização atuar como um todo em todo o território nacional. Os problemas mais urgentes da luta a curto e médio prazo, como os da aplicação da linha na prática, da transformação da Organização em órgão dirigente da classe operária, estes problemas não tiveram vez no Congresso. Estes teremos de enfrentar em seguida, porem os enfrentaremos em nível mais alto do que teria sido possível antes do Congresso.

O "racha" foi inevitável e a maioria foi consciente, quando impediu que fossem procuradas fórmulas conciliatórias a fim de esconder as contradições acumuladas no seio da Organização. Os que estão saindo estão deixando uma carta de despedida que é uma continuação conseqüente de sua atuação na Organização, no debate interno e no próprio Congresso. Mostram que não sabem perder, do mesmo modo que não souberam debater.

A "*Carta Aberta dos revolucionários que rompem com a POLOP*" começa com a afirmação de que fala pela "maioria dos militantes da Organização" para, em seguida, referir-se à "escassa e discutível maioria", que consagrou a aprovação das teses do Comitê Nacional no Congresso. Finalmente, dão a entender que foi a "atuação" e o "comportamento" da Direção que impediu a aceitação de seus pontos de vista.

Pois é, perderam a partida porque o "juiz roubou". Mais é um consolo barato. Quem participou dos debates internos, anteriores e durante o Congresso, sabe que as oposições tiveram todas as possibilidades de expor suas posições e críticas que uma organização revolucionária pode oferecer e que eles abusaram de todos esses recursos, não deixando mesmo se limitar por uma "permissível moral revolucionária" de que fala seu documento. Foram vencidos por uma maioria consciente dentro da Organização e, se olharem agora em redor e fizerem as contas dos que os acompanham na saída, terão de chegar à conclusão que a

proporção de 14 a 16 não reflete nem a força real das minorias coligadas. Durante dois anos, a facção procurou dar a impressão às bases de Minas de que dispunham a nível nacional a mesma maioria que tinha no Estado. Mas agora se torna mais difícil ainda sustentar essa ficção. As adesões da Carta Aberta fora de Minas resumem-se a 12. O balanço final mostra que, mesmo no Congresso, a minoria foi imerecidamente beneficiada por mandatos.

Em seguida, os autores da Carta se comparam com "Marx e Engels, que romperam com a Liga dos Comunistas", e com "Lênin, que rompeu com a Iskra". Dessa vez, os nossos ex-companheiros pecam, não somente por pretensão, como também por auto-suficiência. Se tivessem perdido um mínimo de tempo com "marxologia" saberiam que Marx e Engels nunca romperam com a Liga dos Comunistas.

No que diz respeito a menção à Iskra, porém, os "revolucionários que rompem" com seu passado far-se-iam mais justiça se se comparassem com Plekhanov, que mais compartilha de suas concepções sobre as liberdades democráticas. Mais isso também é uma questão de critério, pois temos razão para duvidar que os documentos da facção de Minas sobrevivam por tanto tempo quanto as "Questões Fundamentais do Marxismo", por exemplo.

Procurando, finalmente, dar uma definição global as suas divergências com a maioria da Organização, a cisão enumera quatro pontos fundamentais.

Em primeiro lugar acusam-nos de interpretar a realidade brasileira de uma maneira errônea, de considerarmos o país como capitalista-industrial.

Em segundo lugar, levantam contra nós o fato de querermos "europeizar" a classe operária brasileira, pretendendo "incutir-lhe uma consciência socialista".

Terceiro, nós nos teríamos baseado na esperança de uma "insurreição urbana", enquanto eles pleiteiam que a "forma fundamental de luta de classe" terá de ser centralizada no carpo.

E quarto, cometemos o crime de querer difundir idéias marxistas no seio da classe operária, em vez de seguir o conselho da facção e lutar por "liberdades políticas".

Aí temos, mais claro do que nunca, a continuidade das velhas preocupações, que antes levavam à "Constituinte Popular e Soberana", e que hoje se escondem por baixo de um fino verniz "debrayista".

De sua primeira crítica fundamental e de sua afirmação de que estamos superestimando o desenvolvimento capitalista do país – os "revolucionários que rompem" se limitam a concluir que não é só a classe operária que interessa a luta anti-imperialista: "*As demais classes exploradas e oprimidas, que constituem a maioria da população, pode ser mobilizada para a luta revolucionária pela emancipação nacional e social*". Bem, mas a quem eles dizem isso? À Organização, que sempre defendeu a aliança do proletariado da cidade com os trabalhadores do campo e os camponeses, como premissa fundamental para qualquer aprofundamento do processo revolucionário no país? A linha e o programa da Organização são claros a respeito. Quem são estas "demais classes exploradas e oprimidas", que o documento deixa de definir? Aí se escondem, evidentemente, a "classe revolucionária" da pequena-burguesia e "os aliados em potencial" das classes médias. Mas, depois da discussão os autores preferem não mais entrar no assunto.

No mesmo nível se coloca a segunda crítica fundamental. Só que a absoluta falta de critério e a necessidade de lançar mão de todos os recursos, fez com que os "revolucionários que rompem" deixassem cair a máscara. Acusar-nos de "europeus"

porque queremos "educar a classe operária", porque queremos "incutir-lhe uma consciência socialista" reflete não somente uma xenofobia barata, como significa também por em dúvida toda a essência do marxismo-leninismo e de toda a luta de classe proletária. É voltar, com outras palavras, à argumentação dos nacionalistas pequeno-burgueses, que rejeitaram o marxismo como algo "estranho" e "importado", como aplicação "mecânica" de condições diferentes às do nosso país. A Revolução Cubana acabou com esse gênero de argumentação e forçou as lideranças pequeno-burguesas tradicionais a mudar de atitude. Estas hoje "aceitam" o marxismo-leninismo, mas o interpretam conforme suas necessidades de classe. Não é por acaso que, também esse segundo ponto de crítica termina com a advertência de que o proletariado não fará a revolução sozinho. Novamente se fala em utilizar outras forças sociais sem defini-las.

Da terceira divergência fundamental, podemos dizer somente que basta um olhar no Programa aprovado no Congresso para verificar que, para nós, a alternativa da "insurreição urbana", contra a "guerra de guerrilha no campo" é artificial e definida de má fé na Carta. O Programa não conhece oposição entre essas duas formas de luta, mas coloca que, nas condições do Brasil, o desfecho vitorioso de uma guerra de guerrilha dar-se-á quando provocar e culminar em uma insurreição urbana, liderada pela classe mais revolucionária do proletariado.

Achamos que a guerra de guerrilha não pode substituir a luta de classes na cidade, mas, ao contrário, terá de intensificá-la e aprofundá-la. Pensamos que, sem a atuação revolucionária do proletariado, não haverá mobilização das massas camponesas, não haverá aproveitamento das massas pequeno-burgueses proletarizadas. E o papel da guerrilha consiste em formar essa aliança revolucionária de classes na luta.

Pode se concordar ou não com essa posição, e os nossos ex-companheiros certamente tem o direito de discordar, mas ela está clara e divulgada, e se os autores da Carta tem necessidade de falsificá-la primeiro, para poder "combatê-la", devem ter uma razão especial para isso. De fato, não serve a outro intuito que não o de justificar "teoricamente" o abandono de fato do proletariado como a classe revolucionária no país. Teoricamente não valerá a pena se ocupar com os problemas e reivindicações específicas do proletariado, pois a forma fundamental da luta de classe "terá de ser centralizada no campo". Daí é só um passo para voltar à fórmula original com que iniciaram a luta interna, no sentido de que é a luta da classe média que abre as comportas para o proletariado.

E nesse sentido estão conseqüentes com a quarta e última divergência, quando nos acusam de difundir idéias marxistas na classe operária, em vez de lutar pelas liberdades políticas. É aí que está a identificação absoluta com os objetivos pequeno-burgueses. É verdade que depois de tantos debates internos a "luta pelas liberdades e a luta pelo socialismo se interpenetram" finalmente. Mas conhecemos essas formulações pela experiência da social-democracia em países mais adiantados e esse gênero de compromisso está na mesma linha que a luta pela revolução socialista, que não seja "pura". Mas revoluções nunca são "puras", a não ser na cabeça de uns sociólogos burgueses. Acontece, porém, que toda revolução tem um caráter de classe e este se manifesta, entre outras coisas, nos seus objetivos. Os objetivos que a Cisão coloca para a revolução no Brasil, são os de uma revolução democrático-burguesa - onde seria válida a "bandeira das liberdades democráticas" - e o coroamento lógico de semelhante luta seria a convocação de uma Assembléia Constituinte. É uma das características justamente da pequena-burguesia querer sustentar semelhante programa, mesmo quando as revoluções burguesas já não estão mais na ordem do dia. Como classe não aceita

que seu papel revolucionário esteja superado, mesmo quando começa a "aceitar" a terminologia marxista.

Já dissemos que toda essa apresentação das divergências está coberta por um fino esmalte de "debrayismo". A repentina adesão dos apologetas da "luta predominantemente legal" – teoria que defenderam há seis meses, quando atacaram a orientação da Organização – às teses de Régis Debray, nos deixam céticos. E temos razão para isso. Em primeiro lugar, já vimos que tiram das exposições de Debray justamente as noções que lhes permitem contornar e esconder as suas concepções de classe e que não mudaram. Nesse sentido a "vanguarda político-militar" não é mais do que um substituto para outras fórmulas já usadas e abandonadas na procura de um "fio condutor", a "fórmula geral" para a luta – que em última estância lhes permitam evitar dar duro na luta de classe proletária.

Esta, todavia, não é a única razão para o nosso ceticismo. Duvidamos que essa cisão, com a composição que saiu do Congresso, fará muito mais do que falar sobre a necessidade imediata de criação de foco. Para isso ela está marcada demais pelo oportunismo. Basta lembrar com que leviandade debateu o problema da guerrilha. Da mesma maneira que sua atividade política, seus estudos "teóricos" e a própria argumentação na luta interna, as suas mais recentes concepções sobre a função do foco nasceram sob o signo do imediatismo. E se há alguma coisa que não se presta ao imediatismo é a questão da luta armada. As dificuldades surgirão na medida em que descobrirem que neste terreno não se conseguem resultados fáceis. O entusiasmo esfriará na medida em que surgirem os revezes, seja nas próprias tentativas, seja em consequência da conjuntura latino-americana. Essa coligação oportunista que se formou no Congresso não chegará à raiz da serra, não é aliado com que se possa contar para uma luta mais consequente. Para isso foi fácil demais a conversão dos novos cristãos.

Fiéis aos seus hábitos, os autores da Carta Aberta não conseguiram encerrar o documento sem lançar mão, mais uma vez, de uma mentira flagrante. Alegam eles que a direção impediu a discussão da Declaração das Olas no Congresso, "sob pretexto oportunista". Esquecem eles, entre outras, que não existia "direção" durante o Congresso, que era soberano. Existiu a Mesa unicamente. E naquela sessão a mesa foi presidida por elemento que pertencia às oposições coligadas. Fato é que, quando levantada a questão da Declaração das Olas, um companheiro objetou não ser cabível o Congresso querer tomar uma resolução a respeito, à base de um texto do "Jornal do Brasil" – o único que estava à disposição naquele momento. Essa questão foi colocada em plenário. Nem a mesa e nenhum dos delegados discordaram e a proposta de moção foi retirada pelo autor (que igualmente pertencia à oposição).

Pelo visto o método da antiga oposição e da atual cisão valem pela continuidade e de alguma maneira fazem lembrar o provérbio árabe dos dois seres de Alá, sentados à beira do deserto: as caravanas passam, mas nós continuamos ladrando.

Encerramos esse capítulo. Isso, todavia, não quer dizer que já resolvemos os problemas fundamentais da Organização. A discussão interna, o confronto das posições e a auto-depuração que está se dando em consequência, sem dúvida, são uma premissa para reforçar e endurecer a Organização, - mas sob a condição de que saibamos tirar todas as consequências e não paremos no meio do caminho.

Temos agora uma Organização homogênea, em torno de um programa, em torno de uma linha de ação. Os que discordaram se afastaram, ou estão se afastando. Os que ficaram sabem porque estão lutando e fizeram uma opção. Mas o que estava

em debate, até agora, foi a linha mestra da Organização, foram os princípios revolucionários. A oposição da direita usou o artifício de querer concentrar os debates sobre a questão da execução da linha, para evitar a questão dos princípios. Reagimos, exigindo a definição em torno das linhas. Tínhamos de resolver esse assunto antes de tudo, mas isso não nos poupa de encarar os problemas restantes. O que está em questão agora é a execução da linha, é o funcionamento da Organização.

Ter uma Organização homogênea significa poder de fato aplicar o centralismo democrático. Este só funciona e é respeitado enquanto não existirem divergências de princípio dentro de uma Organização. Enquanto havia facções de fato, elas estavam preocupadas unicamente em não ferir a disciplina interna abertamente, mas isso não quer dizer que a seguiam.

Para uma Organização militante tal atitude não basta. Na prática nos paralisou na luta externa.

Uma Organização revolucionária homogênea significa igualmente superar o hiato existente entre a teoria e prática, que impediu até agora concentrarmos nossas forças nas frentes decisivas da luta de classes. É justamente esse aspecto da questão que levanta novas exigências para nós, exigências que ultrapassam o terreno das posições teóricas. Exige, na prática, que a auto-depuração política seja complementada naturalmente por outra sob o critério da eficiência revolucionária.

Os militantes que se vem impedidos de se tornarem revolucionários por profissão – revolucionários por profissão no sentido de ter a vida dedicada a causa revolucionária e isso inclui que aprendam a profissão da mesma maneira que a exercem, - serão mais úteis como simpatizantes e como tais se poderá contar com eles. Os militantes, que continuam na Organização por hábito e inércia, mas que pelas mesmas razões se mostram incapazes de defenderem posições políticas, ou cumprir tarefas, eles também serão mais úteis no honrado status de simpatizantes de uma causa justa. Não nos impressionamos com números. Somos bastante leninistas para saber que dez revolucionários profissionais valem mais do que cem, que não o são. Os dez aprenderão como lutar contra a sociedade exploradora, como penetrar nas fábricas, redigir folhetos, enfrentar a polícia política e manejar um arma. E eles aprenderão a recrutar os quadros no mesmo nível. E é somente nesse nível que daremos conta de fato das exigências da luta revolucionária e uniremos cabeça e punhos do movimento proletariado em um só organismo. Em segundo lugar, não devemos perder de vista que não estamos sozinhos com os fenômenos das lutas internas que acabamos de passar. Está se dando hoje uma polarização em toda a esquerda que é o início de um reagrupamento das forças revolucionárias em novas bases. No próprio PC o processo está bem adiantado, embora esteja em pleno fluxo ainda. A direita tradicional domina o aparelho e começou a alijar as oposições de esquerda antes da realização do prometido Congresso. As oposições se dividem atualmente em duas alas principais, uma "Corrente", com posições centristas e uma "Dissidência", mais conseqüente. Mas, mesmo essa constelação de forças não está definitiva ainda. A chamada Corrente poucas chances tem para sobreviver como um organismo só - o que, aliás, nunca negou ser. Até agora se distinguem três alas no seu meio, pelo menos. A Dissidência, por seu lado, igualmente não está livre de tendências internas.

A complexidade desse quadro das esquerdas (que não está esgotada aqui) não nos deve assustar. Mas, em todo esse panorama, a Política Operária é a única organização que sabe o que quer, que definiu as suas posições e que apresenta perspectivas e tarefas concretas para a esquerda revolucionária no país. Como tal, estamos nos fazendo sentir, mas o auge do processo que está se aproximando

exige de nós uma presença e uma dinâmica diferentes daquelas que desenvolvemos até agora.

Atualmente, não há uma organização de esquerda no país que não enfrente discussões e lutas internas. As águas começaram a se dividir escolhendo definitivamente os rumos, para a direita (e, então, sempre mais para a direita) ou para esquerda conseqüente. No centro está o pântano, radical na palavra, mas reformista na ação. Seu tempo de vida está limitado. Embora possa crescer temporariamente (com a ajuda da nossa cisão, por exemplo) ele será drenado pela contínua ação polarizadora das águas, que, uma vez em movimento, não pára mais. A onda "debrayista" que, hoje ainda, esconde as contradições internas das diversas correntes, como toda onda passará a crista, antes de chegar ao ponto baixo. Os direitista voltarão a se ocupar com a "soberania nacional", a luta pela "Constituinte" e outros expedientes reformistas, e os revolucionários honestos, que procuram um caminho conseqüente, se juntarão a nós - teremos auto-críticas - mas, virão como revolucionários mais conseqüente.

O próximo passo que temos a dar é reunir e coordenar em torno da FER as facções revolucionárias já existentes, as que se formaram e se cristalizaram nas lutas internas nas demais organizações, para que a esquerda revolucionária possa agir no cenário nacional como uma só força.

O próximo passo é criar no país o impacto da ação revolucionária. Embora a arma da crítica ainda não tenha esgotado o seu papel, chegou o momento de preparar as bases materiais para transformá-la em crítica das armas.

*CN da ORM Política Operária - Outubro de 1967.*

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞